



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

VAVITO ANDRÉ DA COSTA

**A INSTABILIDADE POLÍTICA E A FRÁGIL DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU:
OS MOTIVOS CONDICIONANTES E VIAS DA CONSOLIDAÇÃO COMO UM
ESTADO DO DIREITO DEMOCRÁTICO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

VAVITO ANDRÉ DA COSTA

**A INSTABILIDADE POLÍTICA E FRÁGIL DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU: OS
MOTIVOS CONDICIONANTES E VIAS DA CONSOLIDAÇÃO COMO UM
ESTADO DO DIREITO DEMOCRÁTICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

VAVITO ANDRÉ DA COSTA

**A INSTABILIDADE POLÍTICA E FRÁGIL DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU: OS
MOTIVOS CONDICIONANTES E VIAS DA CONSOLIDAÇÃO COMO UM
ESTADO DO DIREITO DEMOCRÁTICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Data de aprovação: 31/10/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Cláudio André de Souza

Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos

Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

SUMÁRIO

1. Apresentação	5
2. Problemática	12
3. Referencial Teórico	12
4. Justificativa.....	15
5. Objetivos.....	16
6. Metodologia.....	16
7. Cronograma	18
8. Referências bibliográficas	19

1. Apresentação

A República da Guiné-Bissau desde a proclamação da independência em 1973 a 2018, continua vivendo numa instabilidade política, sem uma perspectiva imediata de solução. De acordo com CARVALHO (2014, p. 72):

A instabilidade é um problema crónico na Guiné-Bissau que existe desde a independência, motivada por uma panóplia de razões, muitas delas ainda por identificar. No entanto, nem sempre afetou o país da mesma forma ou com a mesma intensidade. Durante a vigência do regime de partido único, as contradições no seio do PAIGC foram apontadas como causa das inúmeras intencões. Seguiu-se a abertura ao multipartidarismo, vista como solução ou garantia de alguma estabilidade interna. A realidade acabou por mostrar exatamente o contrário e, mais uma vez, vieram à baila «frissons» no seio do PAIGC como causa desse flagelo. Essa instabilidade foi algumas vezes abafada ou até controlada acabando por ter pouca relevância em termos de alteração do quotidiano do país.

O território da Guiné-Bissau viveu um período de dominação colonial portuguesa que se estendeu do final do século XIX até a década de 1970. A luta armada de libertação foi conduzida, a partir de 1963, pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que tinha como programa a luta pela independência conjunta da Guiné e Cabo Verde, e a defesa da união política entre os dois povos, guineense e cabo-verdiano, numa perspectiva da unidade africana. Mesmo após o assassinato de seu principal dirigente, Amílcar Cabral, o PAIGC proclamou unilateralmente a independência em setembro de 1973. A emancipação foi reconhecida por Portugal no ano seguinte, após a Revolução dos Cravos, que encerrou as quatro décadas de ditadura salazarista no país (SILVA, 2016; AUGEL e CARDOSO, 1996, p. 80).

Após a independência, o PAIGC instituiu um regime de partido único e encampou a continuidade do projeto binacional, de unidade entre Guiné e Cabo Verde, que se tornou independente em julho de 1975 (SILVA, 2016). A Presidência da República da Guiné-Bissau coube a Luís Cabral, cuja liderança foi caracterizada por conflitos interno entre membros do PAIGC, assim como no próprio governo.

Uma das razões do conflito devem ser as lutas de tendências ideológicas, privilégios e do poder entre diferentes grupos. Portanto, de um lado, havia disputas de poder entre estratos

etnorrurais¹ e luso-africanos,² líderes tradicionais e neotradicionais, e lideranças políticas e militares (os antigos combatentes). Como mostra Fernandes (1993, p. 38):

O período da luta de libertação nacional, a construção do Estado nacional e a transição “democrática” testemunharam diversas práticas do PAIGC face aos poderes étnicos que obedeceram às mudanças das relações de força entre as classes sociais entre as frações internas do partido.

Mudanças nas relações de força como as mencionadas por Fernandes provocaram sucessíveis remodelações no governo de Luís Cabral. A primeira remodelação aconteceu no ano de 1977, e a segunda teve lugar no ano de 1978, depois da morte de Francisco Mendes (Tchico Té), então Comissário Nacional (cargo equivalente ao Primeiro ministro) (JAUARÁ, 2004). As remodelações não foram capazes de resolver os conflitos internos. Segundo o historiador Fafali Koudawo (2001), o Movimento Reajustador, como acabou por ser denominado posteriormente pelo Conselho da Revolução da Guiné-Bissau, foi uma tentativa de resolver pela força as divergências, desferindo um golpe de Estado contra a liderança de Luís Cabral, sob o comando de João Bernardo Vieira (Nino Vieira) (GOMES, 2014).³

As causas foram diversas. A mais evidente remete à rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos sobre a construção de um Estado binacional. O conflito tinha a volta da primeira constituição cabo-verdiana, que designava que o Presidente da República de Cabo Verde deveria ser cabo-verdiano, enquanto a constituição guineense não especificava a nacionalidade de seu Presidente. Outro fator foi a restrição do poder ao Comissário Nacional, as lutas da longa data entre a direção militar e a direção política do PAIGC; e as dificuldades da gestão do Estado, entre a sua teoria revolucionária e a prática administrativa. O golpe de Estado contra o Luís Cabral interrompeu o projeto binacional (JAUARÁ, 2004). A saída do Luís Cabral na presidência teve retrocesso na relação entre os dois povos, guineenses e cabo-verdianos.

¹ Etnorrurais são, conforme Jauará (2004), grupos de pessoas provenientes do campo (indígenas), ou seja, que não tem a influência com miscigenação portuguesa, assim como dos cabo-verdianos.

² Segundo Brooks (1991 apud JAUARÁ, 2004) a descendência de uma família miscigenada principalmente entre portugueses, ou entre os cabo-verdianos e os originários da Guiné é característica essencial dessa elite.

³ João Bernardo Vieira (Nino Vieira), guineense e antigo comandante militar do PAIGC, foi Presidente da Guiné-Bissau em três situações distintas. Da primeira vez chegou ao poder por meio do golpe do Estado de 1980, e permaneceu até 1994, liderando o processo de implantação de um regime multipartidário em substituição ao regime de partido único. Da segunda vez, foi reconduzido através do voto popular em 1994, ficando no poder até 1998, quando foi destituído por um golpe de Estado que deu origem a uma guerra civil. Da terceira vez chegou ao poder novamente por meio de eleições, em 2005, governando até 2009, quando foi assassinado em plena função de Presidente da República.

Conforme o autor, durante os 14 anos do primeiro governo de João Bernardo Vieira, registrou-se um conjunto de contestações ao regime do partido único, por motivos de sucessivos assassinatos políticos, crise econômica e pressões dos militantes, na sua maior, dissidentes do PAIGC. E nesse contexto fomentava as reformas políticas e a transição do regime para o multipartidarismo, acompanhando um movimento mais geral que ocorreu, ao longo da década de 1990, em diversos países africanos (JAUARÁ, 2004).

Assim, o multipartidarismo emergiu na Guiné-Bissau justamente no IIº Congresso extraordinário do PAIGC, sob o lema “Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia”, realizado em 20 de janeiro a 1 de fevereiro de 1991, no qual foram aprovadas várias medidas importantes para o processo de abertura. A Constituição da República foi revisada para poder se adequar à existência de múltiplos partidos. Além disso, houve a desvinculação das Forças Armadas e da união sindical nacional, a União Nacional dos Trabalhadores Guineense (UNTG), do PAIGC (CARDOSO, 1995). Todo esse processo possibilitou o surgimento de muitos partidos políticos, sendo os mais representativos o Partido da Renovação Social (PRS), o Movimento para Unidade e Democracia (MUD), o Fórum Cívico Guineense Social Democrático (FCGSD), o Partido da Resistência da Guiné-Bissau (RGB-Movimento Bafa-tá), a Frente Democrática Social (FDS), e o Partido da Convergência Democrática (PCD).

As primeiras eleições gerais foram realizadas em 1994, das quais o PAIGC saiu como o vencedor, elegendo João Bernardo Vieira Presidente. Uma tentativa de golpe militar em 1998 conduziu o país a uma guerra civil, de junho de 1998 a maio de 1999. As causas foram múltiplas, todavia a imediata foi a venda de armas ao Movimento das Forças Democráticas da Cassamança (MFDC), um movimento separatista do sul do Senegal (FADUL, 2002). Como parte dos acordos para o fim da guerra civil, foram realizadas outras eleições gerais, vencidas por Partido da Renovação Social (PRS), sendo Koumba Ialá, ex-membro do PAIGC e proveniente de estrato etnorrural, eleito Presidente da República. Depois de três anos de governo, houve novo golpe militar (KOUDAWO, 2001). Segundo Sangreman et al (2006) o “golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003 [...] dá início a outro processo de transição. Os fatos que condicionaram o golpe estão ligados à crise econômica e social; à perda de credibilidade da Guiné-Bissau ao nível internacional e declínio das instituições; e às dificuldades de funcionamento dos órgãos públicos”.

Num período de seis anos a Guiné-Bissau teve quatro eleições: duas legislativas (2004 e 2008) e duas presidenciais (2005 e 2009). Apesar das mudanças políticas e ao fato de o poder continuar ligado ao governo civil, o conflito político-militar não foi superado. Em 12 de abril de 2012, houve mais um golpe militar, chefiado pelo ex-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Antônio Injai, em pleno processo eleitoral, em que o candidato do PAIGC à presidência, Carlos Gomes Junior, era o favorito. O golpe acabou por interromper todo o processo democrático e alterou a ordem constitucional (SOUSA, 2013).

O impasse político vem permanecendo, apesar de ter dimensões diferentes. Portanto, até o presente momento a Guiné-Bissau se encontra na instabilidade política, além de crise econômica, acarretando demissões de sucessivos governos por tendências políticas. A propósito disso vejamos M'bundé (2017, p. 52):

experimentou-se na Guiné-Bissau uma série de interrupções de legislaturas, em função de demissão de governos. Geralmente, essas deposições de governos são exercidas pelo Presidente da República, que conta, mormente com apoio político-partidário e parlamentar para fazê-lo. Não se trata de nenhum tipo de autocracia ou ditadura do Presidente, muito pelo contrário são as condições políticas partidárias que se criam conjuntamente, que levam o chefe de Estado a adotar recorrentemente este comportamento político. Ao longo deste período temporal, nenhuma legislatura ou governo democraticamente constituído conseguiu cumprir o tempo do seu mandato. A Constituição da República da Guiné-Bissau assegura quatro anos de mandato aos governos constituídos, entretanto as sistemáticas deposições de governos têm sido entrave para a normal continuidade institucional e política, tendo esse fato comprometido o processo da democratização do país.

O último caso foi a demissão do governo liderado pelo Primeiro Ministro Domingos Simões Pereira, presidente de PAIGC, vencedor das últimas eleições gerais, em 2014. O Presidente da República, José Mário Vaz, fez uso do poder que a Constituição da República lhe concede para demitir o governo. Esta realidade política acarretou o envolvimento de muitos partidos e personalidades políticas no debate, e mesmo a sociedade civil e organizações internacionais, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Mesmo com o empenho das organizações na busca de soluções para o impasse político, a crise econômica e impasse político institucional continuam. Por isso, o Presidente da República, na tentativa de encontrar uma solução, acabou por nomear seis Primeiros-ministros numa só legislatura.

A crise política institucional contínua persiste no país sem soluções à vista. É de grande relevância evidenciar que a atual Constituição da República é um modelo adotado a partir da constituição portuguesa desde primeiros momentos da governação em 1973, com sucessivas revisões, a última das quais em 1994. Nesta se verifica o compartilhamento do poder entre presidente e primeiro-ministro. Isto é, o regime semipresidencialismo, apontado muitas vezes como o causador da crise política institucional (KOSTA, 2016):

Ao modelo semipresidencialista cujos alguns pontos, mormente o artigo 104, item 2, são insuficientemente explicitados na Constituição, dão margem para que o já vicioso sistema partidário se enveredasse ainda mais por arranjos e desarranjos políticos perniciosos à continuidade de governabilidade e consequente democratização (M'BUNDÉ, 2017, p.54).

O presente projeto de pesquisa busca se debruçar sobre as causas da instabilidade política na Guiné-Bissau, que contribui para a fragilidade de sua democracia. Visto que, desde a abertura democrática em 1991, e a realização das primeiras eleições gerais em 1994, até o presente momento, nenhum Presidente eleito e Primeiro Ministro indicado pelo partido vencedor das eleições legislativas conseguiu terminar o seu mandato. Sempre houve golpe de Estado, assassinato, guerra civil, decreto presidencial que exonera o governo eleito e outros fatores. Em 24 anos da democracia multipartidária (1994-2018), cinco eleições legislativas e quatro eleições presidenciais, passaram pelo poder nove presidentes da República: quatro eleitos pelo voto popular, dois presidentes de transição e dois interinos, além de vários primeiros ministros.

Nesse âmbito vai delinear o nosso estudo para analisar a realidade sociopolítica de 1990 a 2018. Análise consiste de forma mais sintética, nos estudos de cenários políticos designadamente: a transição do regime do monopartidarismo ao multipartidarismo. E, conflito gerado a partir do multipartidarismo, por exemplo: instabilidade político-militar e realizações de eleições. Além disso, o projeto tenciona-se a entender as mudanças de regimes africanas, de partido único a multipartidarismo, apontado como o principal fator da instabilidade política e econômica (NOBREGA, 2010).

QUADRO SOBRE AS MUDANÇAS POLÍTICAS NA GUINÉ- BISSAU 1973 a 2018			
Ano	Presidente	Primeiro ministro	Descrição
1973/1980	Luís Cabral deposto do poder por golpe do Estado	Francisco Mendes, Constantino Teixeira e João B. Vieira	Regime do partido único
1980/1994 a 1999	João B. Viera deposto do poder em 1999	Vitor S. Maria, Carlos Correia e Manuel S. da Costa.	Partido único a multipartidarismo (1991) e primeiras eleições (1994) guerra civil (1998)
1998/2000	Malam Bacai Sanhá presidente interino	Francisco José Fadul	Governo de transição pós-guerra civil que organizou eleições gerais em 1999
2000/2003	Koumba Ialá presidente de PRS Deposto do poder em 2003 por golpe militar	Caitano N'Tchama, Faustino F. Imbali, Alamara Nhassé e Mario Pires	Sucessivas mudanças ocasionadas pela crise política e econômica
2003/2004	Henrique P. Rosa (interino)	Artur Sanhá	Governo de Transição pós-golpe militar em 2003 para organizar as eleições
2004/2009	Henrique P. Rosa e Joao B. V. Nino em 2005. Assassinado em 2009	Carlos G. Junior, Aristides Gomes, Martinho N. Kabi e Carlos Correia	O período foi marcado de clivagens entre presidência e direção do PAIGC.
2009/2012	Raimundo Pereira (interino) deposto do poder; Malam B. Sanhá eleito. Morreu em 2012	Caros Gomes Junior presidente do PAIGC deposto do poder em 2012 por um golpe militar	Período foi de muitos conflitos, apesar de que estava a decorrer eleições presidenciais antecipadas em 2012
2012/2014	Raimundo Pereira (interino) deposto do poder em 2012 por golpe militar. Sirifo Nhamadjo (interino)	Adiato D. Nandigna Rui Duarte de Barros	Nesse momento político havia conflitos entre militares e governo de Carlos G. Júnior
2014/2018	José M. Vaz (eleito)	Domingos S. Pereira, presidente de PAIGC Baciro Dja, Carlos Correia, Umaro Sissoko, Artur Silva e Aristides Gomes (atual)	Depois da demissão do governo de Domingos abriu a crise cíclica, em consequência foi demito mais cinco Primeiros-ministros.

1.1 África e multipartidarismo

Nos anos 70 do século XX, os regimes do partido único e como dos governos militares estavam ameaçados, devido à crise econômica e a degradação das balanças comerciais. A procura de produtos primários que baseavam na economia da maior parte dos países do antigo

mundo colonial, era decrescente no mercado mundial. A recessão econômica acompanhada da quebra dos preços abriu o ciclo que aprofundou a crise e acumulou a dívida externa dos países africanos no sentido de suprir as necessidades básicas. (NÓBREGA, 2015).

Ainda Nóbrega (2015), a crise desencadeou na segunda metade da década de 1980 e continua na década de 1990. O Programa de Ajustamento Estrutural (Pae) surgiu para colmatar o déficit na finança africana. Em torno desse programa Pae existe controversa. Com efeito disto, há corrente de pensamento diz que os países ocidentais foram os principais causadores da crise, destacando as dívidas dos países africanos foram sujeitos. Além de apropriação desenfreada dos recursos africanos pelos europeus. Por outro lado, há corrente que se limita em atribuir a culpa aos líderes africanos, apontando os regimes políticos, clientelismo, preferências ideológicas, reforma manipulada e fraca capacidade do Estado.

Em face deste cenário socioeconômico que África enfrentava os governos não dispõem dos recursos para sustentar os seus planos do desenvolvimento. Além de dificuldade em pagar os salários da função pública. Isto condicionou assim, as certas mudanças na estrutura governativa. Pois, a continuidade no poder dos dirigentes que na sua maior parte, líderes de pós-independência era improvável uma vez que não ajudou a ultrapassar crise. Por outro lado, havia contestações do regime, dos opositores políticos em alguns países sugeriram movimentos pela democracia, multipartidária. Portanto, vista como solução para cessar com a crise econômica (NÓBREGA, 2015). A mudança do regime político na África foi motivada pelo fim da Guerra Fria, conseqüentemente, a queda do muro de Berlim em novembro de 1989 e culminou com a unificação das duas Alemanha. E, em 1991, a dissolução da União Soviética afetou o declínio do socialismo. Por outro lado, afirmação do capitalismo. Em conformidade com Domingos Simões Pereira (S/d) reafirma que esse processo é precedido por uma situação econômica insustentável pelos países africanos apoiados pela União Soviética e do bloco Comunista. Com a fragmentação desse bloco, esses países não têm alternativas senão aceitarem ajuda das potências ocidentais, e conseqüente, imposição das regras, quer dizer, de ajustamento estrutural e reformas políticas e nova constituição para adequar o sistema democrático.

Nota-se que a mudança de transição do regime africano acabou sendo consumado na década de 1990, na conferência de la Baule, na França. Presidida por então presidente francês Mitterand, onde participaram os dirigentes africanos, o bloco capitalista e comunista.

Também o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.⁴ Nessa conferência as organizações ocidentais presente: BM e FM prometeram financiamentos para países africanos. Com condição de esses abolirem o regime do partido único, tido como principal elemento da crise na África e reformas nas instituições públicas. E sem outra saída para suportar as despesas dos seus países, aqueles dirigentes africanos acabaram por comprometerem com o novo modelo do governo a fim de beneficiar da ajuda internacional (NÓBREGA, 2015).

2. Problemática

A problemática levantada foi o resultado da inquietação sobre a instabilidade política, que tem um impacto negativo no sistema democrático, e, que resultou nos sucessivos conflitos políticos e sociais na Guiné-Bissau entre os anos de 1990 a 2018. A Guiné-Bissau, apesar de se proclamar como um país democrático teve o multipartidarismo há 24 anos, compreende-se que nenhum presidente ou primeiro-ministro eleito conseguiu terminar o mandato, estabelecido pela Constituição da República; sempre houve golpes e assassinatos⁵ arbitrários colocando em causa o Estado do direito democrático.

Discorrer a este tema é salutar viabilizar os processos da transição ao multipartidarismo na Guiné-Bissau, com vista a abrir o caminho para nossa pesquisa que propõe entender a instabilidade política na Guiné-Bissau e vias de consolidação como um Estado do direito democrático (CASTRO, 2007).

3. Referencial Teórico

O tema em questão desencadeou debates por vários autores; contudo, existem as perspectivas e o campo dos estudos diferentes, tal fato não impede as comparações necessárias, porque quando se trata das razões da instabilidade política, ou seja, democracia frágil, sobretudo na África, pode ser comparada com a realidade de outros continentes que passaram pela mesma situação no processo da democratização.

⁴Sommet France-Afrique de La Baule. Disponível em: <<https://fresques.ina.fr/miterrand/fiche-media/Mitter00078/sommet-france-afrique-de-la-baule.html>>. Acesso em: 5 out. 2018. Discours du président français François Mitterrand sur la démocratisation en Afrique. Disponível em: <<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMEve?codeEve=1279>>. Acesso em 4 out. 2018.

⁵ Entre os presidentes da república, Malam Bacai Sanhá, não sofreu golpe e nem foi assassinado, ele morreu no exercício das suas funções por vítima de uma doença.

A fragilidade da democracia deve-se a vários fatores conjugados a realidades diferentes. O artigo (ÁFRICA, 21, s.d.) apresentou vários elementos do déficit democrático que não provém somente dos dirigentes de conservar o poder, mas também, devem ser responsabilizados os opositores políticos, uma vez que poderiam participar na renovação da classe dirigente. No caso da Guiné-Bissau segundo Koudawo (2001) no clima de grandes desconfianças e desentendimento, as primeiras eleições tiveram lugar em 1994, nas quais o PAIGC foi o vencedor tanto legislativas como presidenciais, os resultados contestados pelos opositores políticos, alegando que o escrutínio não foi transparente. A propósito, vejamos a seguir a menção feita por Koudawo em relação à opinião de um opositor político:

O PAIGC ficou no poder graças a um sistema eleitoral que não foi totalmente transparente, e também graças à inexperiência da oposição, que fez opções que se revelaram incorretas. O PAIGC ganhou as eleições e continuou a governar num contexto que nós definimos da seguinte maneira: saímos do sistema do partido único para entrar no sistema de partido único (autor anônimo apud KOUAWO 2001, p.140).

Posto isso, o artigo justificou o déficit democrático no continente africano pela permanência no poder dos partidos dominantes por longo tempo. A título do exemplo, foram apresentados alguns chefes de Estados que têm permanecido no poder, designadamente: os presidentes, camaronês Paulo Biya, ugandês Yoweri Museveni, chadiano Idris Deby e o ex-presidente de Angola José Eduardo dos Santos. Só para enfatizar que no caso da Guiné-Bissau, o João Bernardo Vieira Nino permanece no poder durante 22 anos, com um intervalo de 1980 a 1998 e de 2005 a 2009 o ano que assassinado.

Outro se remete que os fracassos da democratização da democracia na Guiné-Bissau baseiam-se nas diversidades dos grupos étnicos e fator religioso; com efeito, estes aspectos criam muita das vezes às dificuldades e a coesão social (MENDES, 2010).

Para o mesmo autor os outros elementos condicionantes os políticos que na maior parte apoiam nos grupos étnicos para conseguir o poder, comprometendo o Estado do direito democrático. Conforme ele, a ausência das eleições autárquicas é um dos motivos, porque permite a centralidade do poder em um determinado espaço. Dada esse fato é de ressaltar que, na Guiné-Bissau, desde o multipartidarismo, não foram realizadas as eleições autárquicas no sentido de descentralizar o poder.

Ainda apontou a poligamia na sociedade africana, sobretudo na Guiné-Bissau, por ter contribuído muito da frágil democracia, visto que muitas famílias não têm possibilidade econômica para sustentar o ensino dos filhos, pois, isso condicionou o aumento do

analfabetismo que é muito prejudicial à democracia. Desmistificando a questão ligada aos grupos étnicos, Carvalho (2014) afirma que a instabilidade política, não foi causada pelos numerosos grupos étnicos, visto que viviam sempre em comunhão. Apontou a boa relação que existe entre os dois principais grupos étnicos: balantas e fulas que habitam na mesma região, contudo há uma predominância.

Para ela, origens dos fracassos têm muito a ver com o regime adotado pós-independência e a política desencadeada nesse período se desviou das ideias da luta pela independência. Outrossim, é essencialmente visto nos militares que sempre corroboram com os assuntos políticos, a forte migração de muitas pessoas sem nenhuma formação e experiência para cena política vista como única fonte de se enriquecer.

As outras condicionalidades para uma democracia têm muito a ver com a questão econômica, as formas das estruturas sociais e uma cultura dominante que deve ser considerada, isto concernente à sociedade europeia, porém quando esses pré-requisitos não foram levados em conta, à democracia perde o seu valor e acaba por ser fraca Rustow (1970 apud MONCLAIRE, 2001).

No mesmo artigo (SCHIMITFER, 1993 apud MONCLAIRE, 2001) relega quaisquer que sejam os pré-requisitos para a emergência da democracia, como por exemplo, os fatores econômicos, sociais e culturais. Afirmou que, a transição democrática dependia de uma equidade e um entendimento das partes que não vai encontro das questões econômicas. A respeito disso (KOU Dawo, 2001) evidencia que a liberalização econômica cujo fracasso é visível, mobilizou o regime do partido único a ceder ao novo regime o multipartidarismo, como forma de deter o controlo do sistema. Nos finais de 1980, a Guiné Bissau foi condicionada pelas mudanças internacionais, sendo um país dependente do apoio internacional para emergir ao novo sistema, o multipartidarismo, efetivado no início dos anos de 1990. A mesma análise do nível do rendimento econômico, ou seja, a potencialidade econômica que contribuiu para arranque e estabilidade democrática em muitos países de África, cujo sistema multipartidarismo foi adotado nos momentos da independência teve o desenvolvimento econômico superior à relação aos países que optaram por regime partido único (N'DULU e O'CONNEL, 1999, apud BRANCO [s/d]).

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2004 (PNUD, 2004 apud BRANCO [s/d]), apresentou a baixa taxa econômica dos países

da África Subsaariana entre os anos de 1975 a 2002, deste modo o autor afirmou como obstáculo a democracia.

Entretanto, em outras vertentes é observada a democracia frágil na América Latina e Rússia pré-revolucionária, causadas por elevadas desigualdades e predominância da riqueza de recursos. Pereira (2006) evidenciou esses fatores que também são presentes na sociedade africana, em particular na Guiné-Bissau. Para Huntington, (1975) apesar de apresentar os fatos de três continentes: Ásia, África e América- Latina, justifica na sua maior parte que, a instabilidade política vivenciadas nesses continentes tem como o principal fator: o atraso no desenvolvimento das instituições políticas, que não foram capazes de se convergir com as mudanças sociais e econômicas.

Com base nos pressupostos elencados por vários autores, com o intuito de entender a instabilidade política e frágil democracia quer na Guiné-Bissau como em outros países, a pesquisa será efetivamente delimitada em descrever e analisar a situação política na Guiné-Bissau, no período correspondente de 1990 a 2018.

4. Justificativa

Por ser o sujeito afetado pelo sistema político, a justificativa consiste em analisar motivos da instabilidade política e frágil democracia que muitas das vezes o partido libertador foi responsabilizado por ser o partido que conduziu o país para o sistema da democracia multipartidária como forma de reajustar e dar continuidades com a política de trinomia: estado binacional (união entre Guiné-Bissau) economia estatizada- controlo do Estado sobre economia e democracia nacional revolucionária afetada em 1983 e abriu o ciclo da crise econômica, pois condicionou o liberalismo económico em 1987 sem a progressão, devido o momento político (JAUARÁ, 2004).

Analisar também as questões concernentes às relações dos grupos étnicos, participação da classe castrense no jogo político, alta taxa de natalidade e nível de escolaridade, porque ao longo do nosso debate, esses fatos foram trazidos à tona, como causador, ou não, da instabilidade política e frágil democracia.

Por outro lado, possibilitar a margem para o debate nacional por meio da divisão e enquadramento de vários conflitos que visa conscientizar a classe política, sociedade civil e classe castrense para construção de uma democracia consolidada e sociedade política estável

pautada no combate a desigualdade política, social e econômica, como mostra António Guterres, atual Secretário-geral das Nações Unidas, no seu discurso alusivo ao dia Internacional da democracia:

Os regimes democráticos estão sob mais pressão do que em qualquer outra época em décadas. Para revigorar a democracia é necessário combater a desigualdade, tanto econômica quanto política. Países precisam tornar nossas democracias mais inclusivas, trazendo os jovens e os marginalizados para o sistema político. Neste Dia Internacional da Democracia comprometamo-nos a unir forças pelo futuro da democracia (GUTERRES, s.d).

Ao longo da nossa pesquisa vamos tentar, de fato, descobrir as diversas concepções e dialogar com outras literaturas no que concerne a construção de uma política estável, num Estado do direito democrático.

Além disso, procura entender o poder simbólico que originou a emergência do multipartidarismo na África, particularmente Guiné-Bissau visto que era uma solução para a saída da crise econômica e instabilidade política, mas até o momento continua eternizada no continente africano.

5. Objetivos

Geral:

- analisar as percepções de diferentes grupos e atores sociais envolvidos na construção política do Estado democrático na Guiné-Bissau, de 1990-2018, sobre os motivos que resultam na instabilidade política.

Específicos:

- identificar os diversos intervenientes políticos nas divergências recentes, localizando-os em termos de suas origens sociais, suas trajetórias políticas e as bases sociais que buscam representar;
- identificar as percepções e estratégias da sociedade civil na promoção de agendas específicas e na construção de um Estado democrático de direito na Guiné-Bissau.

6. Metodologia

O foco da nossa pesquisa será analisar os discursos de diversos atores sociais sobre os motivos da instabilidade política na Guiné-Bissau. Nisto iremos dialogar com os artigos

publicados na revista Soronda como outros textos que abordam a história recente da Guiné-Bissau, no contexto africano mais geral.

Pretende-se ainda elaborar entrevistas com personalidades políticas e analistas políticos que muitas das vezes criticam ou apoiam o sistema político instaurado no país. Também vamos entrevistar a classe castrense, porque faz parte da história política. Será entrevistada a sociedade civil: entidades religiosas (líderes muçulmanos e cristãos); Movimento de Cidadãos Conscientes Inconformados (MCCI), Liga dos Direitos Humanos (LDH) da Guiné-Bissau e a Plataforma das Mulheres, constituída pelas mulheres de diferentes partidos e classes sociais. Isto, porque esses subgrupos continuam permanecendo na luta para os direitos civis e construção de um Estado do direito democrático.

Por fim, esses preceitos metodológicos de modo geral têm muito a ver com a problemática levantada e o conceito a ser pesquisado. São caracterizados por uma complexidade dimensional; além disso, entendê-los num espaço como Guiné-Bissau marcada por clivagens políticas e sociais ao longo da sua história democrática de 1990 a 2018.

REFERÊNCIAS

- ÁFRICA 21. **Oposições e democracia em África**, 2017.
- AUGEL, Johannes, CARDOSO, Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau e Outros Ensaio**. INEP, Bissau, 1996; p. 1-267.
- BRANCO, Manuel Couret. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento e democracia em África**. Universidade de Évora. (s/d).
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau um parto difícil**. Bissau. INEP, 1995, p. 260-282.
- CARVALHO, P. S. Celia. **Guiné-Bissau: A instabilidade como regra**. Dissertação de mestrado. Departamento Ciência político Segurança e Relações internacionais. Lisboa, 2014, p. 1-166.
- FERNANDES, Antero M. C. **Guiné-Bissau e Cabo-Verde: da unidade a separação**. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto Faculdade de Letras. Porto, 2007.
- FERNANDES, M. Raúl. Partidos únicos e poderes tradicionais. **Soronda: revista de estudos guineenses**, v. 16, p. 39-50, 1993.
- GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisaCplp/anexo/guinebissau.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018;
- GUTERRES, António. **Dia Mundial da democracia. Discurso do Secretário Geral da ONU**. s.d. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/em-dia-mundial-onu-diz-que-democracias-estao-sob-pessao-inedita/>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. São Paulo: Forense Universitária, 1975.
- JAUARÁ, Manuel. **Dilema de Transição Política na África Lusófona: De Uni para Pluripartidarismo**. Coimbra. 2004.
- KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné Bissau: da democracia revolucionária a democracia liberal**. Instituto Nacional de estudos e pesquisas (INEP). Bissau, 2001; p.1-130.
- M'BUNDÉ, S. Timóteo. **Comportamento político e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau**. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.
- MENDES, Francisco Livonildo. **Democracia na Guiné-Bissau por uma mudança de mentalidade**. Dissertação de mestrado Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2010, p. 1-109.
- MOCLAIRE, Stephane. **Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados**. Revista da Sociologia e Política. Curitiba, 2001, p.61-74.
- NÓBREGA, Álvaro. **Guiné-Bissau: Um Caso de Democratização Difícil (1998-2008)**. Lisboa: Edições ISCSP, 2015.
- PEREIRA, Domingos Simões. **Desafios da Construção da Democracia (Liberal) na África Subsaariana**. Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. (s/d).
- PEREIRA, Matias José. **Economia política: futuro de democracia**. RAE v.46. Cambridge, 2006.

SANGREMAN, Carlos, JUNIOR, S. Fernando, ZEVEERINO, Guilherme, BARROS, Miguel. **A evolução política recente na Guiné-Bissau: -As eleições presidenciais de 2005 -Os conflitos -O desenvolvimento - A sociedade civil.** Documentos de trabalho n.70 CESA, LISBOA, 2006.

SILVA, António E. Duarte. **Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC.** Cadernos de Estudos Africanos 9/10 | 2006 Memórias Coloniais, 2016 p.125.

SOUSA, Miguel Girão. **Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da**